

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.315.463 - PR (2018/0157781-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : LUIZ CARLOS ALFREDO  
**AGRAVANTE** : DANIEL SOUZA BELO  
**AGRAVANTE** : JOAQUINA GONÇALVES DE FARIA  
**AGRAVANTE** : LAURINDA PADILHA  
**AGRAVANTE** : IRENE DUDA COSTA  
**AGRAVANTE** : BENTA SILVA DOS ANJOS  
**AGRAVANTE** : MARIA DA GLORIA CRUZ FERNANDES  
**AGRAVANTE** : TEREZINHA ELFRIDA SCHNEIDER  
**AGRAVANTE** : LUDMILA SLAVIK  
**AGRAVANTE** : ISOLETE CARDOZO DO AMARAL  
**AGRAVANTE** : JOHAN ERICH GOTTFRID ADAM  
**AGRAVANTE** : ELVIRA MARQUES CORREA  
**AGRAVANTE** : OSNI FERNANDES  
**AGRAVANTE** : JOSE TADEU BESTEL  
**AGRAVANTE** : JOSE MARIA STIVAL  
**AGRAVANTE** : MARIA APARECIDA DA SILVA  
**AGRAVANTE** : MARLI PERPETUO  
**AGRAVANTE** : ANTONIO HONORIO DE SOUZA NETO  
**AGRAVANTE** : FRANCISCO DA COSTA MENDES  
**AGRAVANTE** : ARIETE TEREZINHA DA COSTA MENDES  
**AGRAVANTE** : ELIZABET LEILA LADWIG  
**AGRAVANTE** : MARIO LUIZ COSTA  
**AGRAVANTE** : NEUSA APARECIDA DE ALMEIDA  
**AGRAVANTE** : FABIANA SILVA SANTOS GASCOIN  
**AGRAVANTE** : FILIPE SILVA SANTOS  
**AGRAVANTE** : ERONDINA SPRADA MAFIOLETTI  
**AGRAVANTE** : VANILDA DINIZ FERREIRA PINTO  
**AGRAVANTE** : EDILEUZA BENEDITO  
**AGRAVANTE** : ITERLEI LISS  
**AGRAVANTE** : SANDRA REGINA DA COSTA  
**AGRAVANTE** : BENEDITO CESAR PEDROSO  
**AGRAVANTE** : ALFREDO KAVULACK  
**AGRAVANTE** : MICHELLE JAQUELINE WALTER  
**ADVOGADOS** : JEAN CÉSAR XAVIER - PR054774  
SERGIO AUGUSTO URBANO FELIPE HEIL - PR041201  
JÚLIO CÉZAR SAMPAIO TEIXEIRA - PR052017  
PRISCILA CRIPPA DE ARAUJO VIANNA - PR067000  
**AGRAVADO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572  
ILZA REGINA DEFILIPPI - SP027215  
NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO - SP061713  
JOÃO FILIPE PARPINELLI - RS090570

# *Superior Tribunal de Justiça*

PAULO ANTONIO MULLER - PR067090  
EMILY FERMINO BARCELLOS - RS100953  
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
ADVOGADO : LUIZ CARLOS LUGUES E OUTRO(S) - PR012146

## **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. TAXATIVIDADE MITIGADA. RESP 1.696.396/MT E RESP 1.704.520/MT. INAPLICABILIDADE NA HIPÓTESE. MODULAÇÃO TEMPORAL. ACÓRDÃOS COM EFEITOS APENAS PROSPECTIVOS. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DESTA CORTE DE QUE O ROL DO ART. 1.015 COMPORTA INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA OU ANALÓGICA. JULGADO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO REFORMADO. DETERMINAÇÃO DE REAPRECIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

## **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por LUIZ CARLOS ALFREDO e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fls. 1.658-1.659) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ, fl. 1.631):

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DECISÃO QUE DETERMINOU O DESMEMBRAMENTO DO PROCESSO COM DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. INSURGÊNCIA DOS AUTORES. DECISÃO PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO RESTRITO ÀS HIPÓTESES CONTEMPLADAS NO ART. 1.015. ROL TAXATIVO QUE NÃO CONTEMPLA A DELIBERAÇÃO ATACADA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegaram, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, violação ao art. 1.015, IX, do CPC/2015.

Defenderam ser cabível a interposição de agravo de instrumento para impugnar decisão que declina da competência.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Apreciada a admissibilidade do recurso especial, o Tribunal estadual negou seguimento à insurgência (e-STJ, fls. 1.658-1.659).

Diante de tal fato, foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 1.662-1.667).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nas razões deste agravo, os recorrentes alegam terem cumprido com todas as exigências legais para a análise e processamento do recurso especial.

Constatados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Em breve relato, depreende-se dos autos que os ora recorrentes interpuseram agravo de instrumento impugnando decisão do juízo de primeiro grau que declinou da competência para a Justiça Federal.

Analisando o agravo, o Tribunal, por meio de decisão monocrática, não conheceu da insurgência por entender que o julgado que declina da competência não admite impugnação mediante agravo de instrumento, haja vista a ausência de previsão expressa no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015.

Irresignados, os agravantes interpuseram agravo regimental, o qual, ao ser julgado por unanimidade pela Corte originária, ratificou o posicionamento adotado, negando seguimento ao julgamento do agravo de instrumento interposto.

A propósito, confira-se trecho do acórdão recorrido (e-STJ, fl. 1.633):

Ocorre, no entanto, que após intensos debates e por ocasião do julgamento do Agravo Interno em Agravo de

# *Superior Tribunal de Justiça*

Instrumento 1.571.284-2/01, de relatoria do Des. Luis Sérgio Swiech, julgado em 09/02/2017, formou-se no colegiado entendimento uniforme no sentido de não é cabível agravo de instrumento quando há declinação de competência, em ação de responsabilidade securitária, em razão do interesse da Caixa Econômica Federal.

Efetivamente o recurso de agravo de instrumento ficou restrito às hipóteses contempladas no art. 1.015, cabeça, e nas situações especificadas no seu parágrafo único. Trata-se de *numerus clausus*. A matéria objeto da deliberação pelo magistrado não faz parte desse rol.

O pronunciamento recorrido não versou sobre a admissão ou inadmissão da intervenção de terceiros, tampouco excluiu litisconsorte ou rejeitou pedido de limitação do litisconsórcio, mas, tão somente, declinou parcialmente da competência para a Justiça Federal, ante a manifestação de interesse da Caixa Econômica Federal, hipótese em que não cabe agravo de instrumento conforme deliberação deste Colegiado.

Ademais, o Juízo Federal é quem irá deliberar acerca da ocorrência ou não do interesse da CEF a justificar o deslocamento da competência.

Acerca das hipóteses legais para cabimento do agravo de instrumento, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça — no julgamento do REsp de n. 1.696.396/MT e REsp n. 1.704.520/MT, analisados sob o regramento dos recursos repetitivos — em 5/12/2018, por maioria, fixou a tese de que "o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação".

Na ocasião, ao apreciar o caso concreto, a Corte Especial deu parcial provimento aos reclamos, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conhecesse e desse prosseguimento ao agravo de instrumento na matéria concernente à competência, por entender, consoante preconizado nos votos condutores dos referidos acórdãos, que "a correta fixação da competência jurisdicional é medida que se impõe desde logo, sob pena de ser infrutífero o exame tardio da questão controvertida, especialmente quando reconhecida a incompetência do juízo".

Todavia, convém salientar que, ao se fixar a citada tese, a Corte Especial, amparada no art. 23 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, aplicou a

# *Superior Tribunal de Justiça*

modulação dos efeitos desse entendimento, determinando que a tese jurídica delineada fosse aplicada apenas às decisões interlocutórias proferidas após a publicação dos acórdãos dos respectivos recursos repetitivos, a qual se deu no DJe de 19/12/2018.

Nesse ponto, seria inviável a reforma do acórdão recorrido no caso em exame, pois a decisão interlocutória que ensejou a interposição do agravo de instrumento foi publicada em data anterior aos mencionados repetitivos.

Contudo, nos termos do entendimento consignado no REsp 1.679.909/RS, julgado anteriormente pela Quarta Turma desta Corte Superior, "apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda".

A propósito, confira-se:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que as normas de caráter processual têm aplicação imediata aos processos em curso, não podendo ser aplicadas retroativamente (tempus regit actum), tendo o princípio sido positivado no art. 14 do novo CPC, devendo-se respeitar, não obstante, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

2. No que toca ao recurso cabível e à forma de sua interposição, o STJ consolidou o entendimento de que, em regra, a lei regente é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Enunciado Administrativo n. 1 do STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. No presente caso, os recorrentes opuseram exceção de incompetência com fundamento no Código revogado, tendo o incidente sido resolvido, de forma contrária à pretensão dos autores, já sob a égide do novo Código de Processo Civil, em seguida interposto agravo de instrumento não conhecido pelo Tribunal a quo.

4. A publicação da decisão interlocutória que dirimir a exceptio será o marco de definição da norma processual de regência do recurso a ser interposto, evitando-se, assim, qualquer tipo de tumulto processual.

5. Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III, do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda.

6. Recurso Especial provido.

(REsp 1679909/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 01/02/2018)

Desse modo, a reforma do aresto recorrido é medida que se impõe para que a Corte originária, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no tocante à análise da competência.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, com o intuito de, reformando o acórdão recorrido, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça do agravo de instrumento interposto pelos ora recorrentes, dando-lhe regular prosseguimento, no que diz respeito ao estabelecimento da competência.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator